

Informativo

PGE-TO



Governo do
TOCANTINS

O Estado da Livre Iniciativa
e da Justiça Social

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS

ANO I - Nº 2 - maio a julho de 2013



Aldemar Ribeiro - ATN

Procuradoria Geral do Estado impede aumento da tarifa de energia

Em entrevista coletiva concedida à imprensa no início do mês de julho, o procurador-geral do Estado, André Luiz de Matos Gonçalves, informou as medidas tomadas pela PGE para impedir o aumento médio de 11,09% na tarifa de energia elétrica. Por meio de uma medida cautelar interposta pela Procuradoria Geral, o Estado conseguiu suspender o reajuste autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

O pedido foi acatado pelo Juiz Rafael Gonçalves de Paula, que estabeleceu em sua decisão judicial, uma multa equivalente a 1 milhão de reais por dia, podendo alcançar o montante de 100 milhões, caso a Companhia de Energia Elétrica do Tocantins (Celtins) descumpra a decisão. O procurador-geral informou ainda que o Governo do Estado tomou duas providências: uma administrativa e outra judicial. Numa primeira

iniciativa, o governador Siqueira Campos oficiou a presidente Dilma Rousseff solicitando apoio para a suspensão do reajuste da tarifa.

O governador também ligou para a direção da Aneel comunicando que não teria como aceitar o aumento, uma vez que o Estado é produtor de energia e só consome um sexto do que é produzido. Além de que não concorda com as políticas da Celtins em não ser consultado sobre as decisões da empresa sendo que o Estado é detentor de 49% das ações da rede.

O procurador-geral ressaltou que o Estado tomará as medidas cabíveis, afim de que os valores sejam devidamente auditados. "Precisa-se chegar num equilíbrio, que o reajuste seja praticado num patamar razoável e que não impossibilite o acesso às pessoas a esse serviço essencial".

PGE inicia correção

A Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado está realizando correção ordinária nas unidades finalísticas do órgão nos meses de junho e julho, seguindo portaria do Procurador-Geral André Luiz de Matos Gonçalves. O objetivo da correção é "identificar pontos de concentração de demandas para racionalização, simplificação, celeridade e adequação de procedimentos".

Neste período, a Corregedoria verifica a regularidade do serviço, a eficiência e a pontualidade dos membros da PGE no exercício de suas funções, além do cumprimento das obrigações legais. Em cada subprocuradoria especializada, a correção ordinária tem duração média de 15 dias e é dividida em três etapas: aplicação de questionário, reunião e/ou entrevista com procuradores e servidores e análise, por amostragem, de processos de cada procurador.

A correção ordinária é de competência da Corregedoria da PGE, prevista na Lei Complementar nº20/1999. É um instrumento de aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo órgão que procura eliminar os desvios que afetem ou comprometam o alcance dos fins a que se destinam.

O trabalho é feito pelos procuradores Deocleciano Gomes (Corregedor Geral) e Alcides de Oliveira Souza (Corregedor-Auxiliar), além do assessor João Geraldinho de Souza Filho.

Segundo a instrução normativa que dispõe sobre o procedimento, a correção ordinária é finalizada com a elaboração de relatório que conterá a descrição das atividades realizadas e as propostas de soluções aos problemas detectados.



Corregedor Deocleciano Gomes

www.pge.to.gov.br



André Luiz de Matos Gonçalves
Procurador-Geral do Estado

O desafio de reforçar a eficiência nos procedimentos

Estamos finalizando mais um semestre produtivo de trabalho na Procuradoria Geral do Estado, atendendo o papel institucional que nos é atribuído. Mas também é necessário manter constante feedback, na intenção de garantir a qualidade dos serviços que prestamos, buscar o aperfeiçoamento e eliminar os desvios que afetem ou comprometam o nosso trabalho.

Chegou assim, a hora de medir o que fizemos, através do procedimento correicional. Por isso, a correição ordinária é conduzida pela Corregedoria Geral da PGE, com a intenção de averiguar nossa regularidade e

eficiência.

O volume de trabalho é intenso e cresce a cada mês. Precisamos identificar onde estão os gargalos e o que podemos fazer para garantir melhor desempenho de servidores e procuradores de Estado.

Este é um dos assuntos desta edição, que também aborda a cessão de áreas para órgãos estaduais feita pela Superintendência do Patrimônio da União; as medidas judiciais para conter o aumento na tarifa de energia, além de outros assuntos.

Agradecemos o empenho de todos para a eficiente atuação da Procuradoria Geral do Estado.

Presidente da Anape visita Tocantins

O procurador-geral André Luiz de Matos Gonçalves, o presidente da Aproeto, Sérgio do Vale e os demais procuradores do Estado receberam, na sede da PGE, no mês de maio, o presidente da Anape - Associação Nacional de procuradores de Estado, Marcello Terto.

A visita da Anape aos estados faz parte de sua plataforma de trabalho, que tem como objetivo conhecer de perto as Instituições, seus membros e a forma de trabalho desenvolvido por cada uma delas.

Numa rápida explanação, o presidente da entidade nacional ressaltou o seu trabalho à frente da associação, que em linhas gerais, pauta pela defesa da autonomia das PGEs



Sérgio do Vale (presidente da Aproeto), Marcello Terto (presidente da Anape), o procurador Frederico Dutra e o procurador-geral André Luiz

e sua independência técnica, busca a valorização da política salarial da categoria, além de realizar todo um

trabalho voltado para a consolidação da posição institucional da carreira de procurador.



O procurador Jax Pontes (em pé) foi eleito membro titular do Conselho

Conselho de Procuradores realiza eleição e recebe novos membros

A Procuradoria Geral do Estado elegeu no mês de junho os novos membros do Conselho de Procuradores do órgão. Eleitos para representar cada nível de carreira de procurador, o Conselho ficou assim formado: Jax Pontes e Kledson Moura, como titular e suplente do nível II, Graça Hoffman e Têlio Aires, como titulares do nível III e IV. Eles devem permanecer no cargo até 2014, já que são escolhidos bienalmente, sendo permitida a recondução.

Além dos titulares e suplentes, fazem parte do Conselho como membros natos: o procurador-geral, que o preside; o subprocurador-geral; o corregedor e os titulares das subprocuradorias das unidades de direção e assessoramento superior e de execução finalística.

O Conselho foi criado por lei e é unidade colegiada de consulta e deliberação em matéria de interesse da PGE e da categoria de procuradores do Estado e a ele compete: aferir, por avaliação e para efeito de promoção, o desempenho dos procuradores, salvo disposição em contrário; opinar sobre alterações na estrutura da Procuradoria; apreciar avaliação final de desempenho dos procuradores em estágios probatórios.

Ainda é de competência do Conselho: apreciar e julgar, em grau de recurso, pedidos de reconsideração de atos do procurador-geral pertinentes a direitos, vantagens e prerrogativas da categoria; julgar processo de exoneração por inaptidão para o exercício do cargo, durante o estágio probatório; deliberar sobre medidas propostas pela Corregedoria, dentre outras matérias.



A procuradora Graça Hoffman (centro) também é membro titular do Conselho, do nível III

PGE assina termo de cessão de áreas para órgãos em Porto Nacional

No dia 10 de junho, o Procurador Geral do Estado, André Luiz de Matos Gonçalves, participou em Porto Nacional da solenidade para repasse de uma área de aproximadamente 60 mil m² da União para o Estado. O terreno, que fica nas proximidades do aeroclube da cidade, abrigará prédios públicos como o Fórum, Defensoria Pública, Corpo de Bombeiros e 5º Batalhão da Polícia Militar.



O termo de cessão da área foi assinado pela secretária da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Cassandra Maroni Nunes, e o Procurador Geral André Luiz (foto). A secretária da SPU ressaltou a importância da parceria entre as três esferas do Poder Público, visando o desenvolvimento regional do Tocantins. Cassandra, que visitava pela primeira vez o Tocantins, se mostrou impressionada com o desenvolvimento encontrado na região. "É uma alegria contribuir para a melhoria do mais novo Estado brasileiro, mas que já é pujante e demonstra o vigor do desenvolvimento frente a outros Estados da nação", completou.

O governador Siqueira Campos também participou da solenidade, acompanhado do comandante do 6º Comando Aéreo Regional, Brigadeiro Antônio Carlos Moretti Bermudez, e outras autoridades. (Com informações de Philipe Bastos/ATN)



Irana de Souza Aguiar | Subprocuradora Judicial

Subprocuradoria Judicial

A Procuradoria Judicial tem a atribuição de atuar em causas judiciais em que o Estado seja parte, exceto quando o assunto for de competência das outras Procuradorias Especializadas da PGE.

As suas atividades se concentram na atuação em ações judiciais desde a propositura até o término da fase recursal, com adoção de todas as medidas cabíveis para o pleno desempenho de suas atribuições legais.

A Subprocuradoria Judicial tem como princípio exercer a Advocacia Pública, de forma a cooperar “para a recuperação da expressão “interesse público”, procurando os meios jurídicos apropriados para sua atuação, dentro das normas legais, e passar pelo crivo especialmente do Poder Judiciário, na busca constante da defesa do Ente estatal.

No intuito de evitar conflito de atribuições, há uma interligação entre os Procuradores, cujas competências técnicas são inquestionáveis e demonstram claramente as habilidades no grande número de demandas em que o Estado do Tocantins vem obtendo êxito, visando trabalhar de forma harmônica, com confiança, segurança e domínio em suas áreas de atuação.

Registro que a Subprocuradoria Judicial vem agindo com o firme propósito de resguardar o interesse público em todos os seus aspectos.

Dessa maneira, constitui função essencial desta Subprocuradoria conter eventuais abusos no direito de ação, notadamente quando há embasamento legal e jurisprudencial sólido para defesa estatal, a exemplo das indenizações em pretensos direitos pleiteados que não são devidos pelo Estado.

As defesas confeccionadas na Procuradoria Judicial tem uma tese principal, o que, via de regra, não impede que o Procurador tenha seu próprio ponto de vista e defenda outros entendimentos. As medidas tomadas no âmbito contencioso são sistematicamente pensadas, ou seja, não se atua somente defensivamente, mas na busca incansável para evitar que de um litígio judicial surja outro.

Não poderia deixar de ressaltar que os órgãos do Estado são de importância ímpar no trabalho conjunto da Subprocuradoria judicial, com o fornecimento de informações para subsidiar a defesa do Estado.

No decorrer dos tempos, tem havido melhorias nas condições de trabalho dos Procuradores do Estado, no entanto, esta Especializada obteve espaço físico apropriado nesta atual gestão, comandada pelo Procurador Geral do Estado, Dr. André Luiz de Matos Gonçalves, além de um assessor para cada Procurador.

Atualmente, a Subprocuradoria Judicial conta em seus quadros com número de Procuradores e assessores para atuarem nas demandas, que obtiveram um aumento expressivo no trimestre de 2013. No setor administrativo, os servidores comandam as distribuições, agendamento de audiências e demais atos inerentes ao departamento. No Centro de Processamento Eletrônico, embora os servidores façam a triagem dos processos físicos e digitais para todas as Especializadas do contencioso, está diretamente ligado a esta Subprocuradoria, tendo um número de 6 servidores.

A distribuição processual é feita por ato, de forma que todos os Procuradores recebam quantidades equivalentes.



Arraiá do Cumpadi PGE

A tradicional festa junina da Procuradoria, batizada de Arraiá do Cumpadi PGE, teve a sua sexta edição no último sábado, dia 22, na sede da Associação dos procuradores. Organizada pela Aproeto, a festa contou com a participação de procuradores, servidores e familiares que, regada a comes e bebes típicos da época, se confraternizaram a som da clássica sanfona, quadrilha e decoração características de São João.

Exposição de Artes

O hall de entrada da Procuradoria Geral do Estado ganhou cor, luz e beleza durante uma semana do mês de junho. É que o órgão cedeu seu espaço para a exposição de artes plásticas da Casa de Recuperação e Reeducação de Dependentes Químicos e Alcoólicos – CRER.

Composta por quase trinta telas produzidas pela artista plástica, Célia Regina Montsá e com a assistência de outras internas que se recuperaram na Casa, a mostra tem a parceria de vários órgãos públicos, cujo apoio se manifesta através da cessão de seus espaços para a realização da Exposição.

As peças são produzidas a partir de materiais recicláveis como, cordas, linhas, tampas de refrigerantes e tinta para finalização do trabalho. A confecção das telas tem por objetivo angariar recursos para a Casa, cuja renda será revertida ao custeio do tratamento de ex usuários de baixa renda.

